

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.186 - SP
(2019/0090792-4)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : CLAUDEVANIA SANTOS DA SILVA
ADVOGADOS : SÉRGIO LUIZ AKAOU MARCONDES - SP040922
RODRIGO ABDALLA MARCONDES - SP242871
AGRAVADO : PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO : CRISTIANO MARTINS DE CARVALHO - SP145082
AGRAVADO : RAFAELLA RAFFOUL BAKHOS MARIA
ADVOGADO : RICARDO AUGUSTO RUGGIERO DE OLIVEIRA - SP150492

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489, § 1º, IV, e 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PRÁTICA DE ATO ILÍCITO PELA RÉ. REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. NÃO CABIMENTO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide, de modo que, ausente omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

2. A Corte de origem, analisando o acervo fático-probatório, concluiu que ficou provado nos autos que os danos causados à recorrente não ocorreram por culpa da demandada, e que seu veículo não realizou manobra indevida, desrespeitando direito de preferência de passagem da autora. Ao contrário, concluiu-se que a manobra irregular do ciclomotor conduzido pela autora é que gerou o acidente de trânsito, afastando-se, assim, dever da ré de indenizar os danos.

3. Nesse contexto, a modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima

Superior Tribunal de Justiça

indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 19 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

